

## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0112/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 14/02/2022. Considera-se a data de publicação em 15/02/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

## Advogado

Alexandre Tajra (OAB 77624/SP)  
Luiz Renato Forcelli (OAB 116441/SP)  
Carlos de Jesus Ramos Ribeiro (OAB 136719/SP)  
Edson Dovigo (OAB 129088/SP)  
Giovanni Italo de Oliveira (OAB 140126/SP)  
Luciano Marcos da Silva (OAB 272146/SP)  
Andre Luiz de Oliveira Magalhães (OAB 201335/SP)  
Paulo Bruno Freitas Vilarinho (OAB 252155/SP)  
Washington Shamisther H Peliceri Rebellato (OAB 144557/SP)  
Jorge Donizeti Sanchez (OAB 73055/SP)  
Marina de Souza E Jorge Leite (OAB 190289/SP)  
Thiago Chohfi (OAB 207899/SP)  
Elton Abreu Cobra (OAB 158743/SP)  
Luis Aires Tesch (OAB 164680/SP)  
Flavio Marques Ribeiro (OAB 235396/SP)  
Claudinei Rodrigues de Oliveira (OAB 236327/SP)  
Emerson Brunello (OAB 133921/SP)  
Roque Varela Filho (OAB 121469/SP)  
Lucas de Andrade (OAB 306504/SP)  
Armando Mendonca Junior (OAB 131350/SP)  
Rosely Cristina Marques Cruz (OAB 178930/SP)  
Bianca Cristina Nascimento Corcino Pinto (OAB 176511/SP)  
Ana Maria de Faria Lopes (OAB 98785/SP)  
Francisco Odair Neves (OAB 90953/SP)  
Andreia Martins Crespo (OAB 233450/SP)  
Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB 357590/SP)  
Emerson Stujui Kurihara (OAB 282085/SP)  
Angela Almanara da Silva (OAB 258047/SP)  
Gustavo Donizeti Calegari Vilas Bôas (OAB 341271/SP)  
Alcindo Pacheco de Medeiros Junior (OAB 269496/SP)  
Juliano Couto Macedo (OAB 198486/SP)  
Edmundo Basso (OAB 373450/SP)  
Helisa Aparecida Pavan (OAB 159306/SP)  
Ricardo Lopes Godoy (OAB 321781/SP)  
Natal Pereira Caliatto (OAB 406130/SP)  
Lindalva Aparecida Guimaraes Silva (OAB 83666/SP)

Teor do ato: "SENTENÇA Processo Digital nº:0076970-10.2011.8.26.0114 Classe - AssuntoRecuperação Judicial - Recuperação judicial e Falência Requerente:F. M. C. R. Terceirizações Ltda. Requerido:F. M. C. R. Terceirizações Ltda. Tramitação prioritária Justiça Gratuita Juiz(a) de Direito: Dr(a). Guilherme Fernandes Cruz Humberto Vistos. CONVOLAÇÃO EM FALÊNCIA. Fls. 1868/1866: o administrador judicial informou ao juízo o teor de e-mail recebido de sócio da recuperanda, no sentido de que a FMCR está fora de operação desde o início de 2013, não possui sede, faturamento, funcionários, clientes, movimentação, bens e sequer esta em posse de documentação e livros contábeis, não devolvidos e mandados para reciclagem pela empresa que lhes prestava serviços de contabilidade. Não bastasse, apontou-se, ainda no e-mail, a existência de várias ações tramitando, tendo o sócio ponderado inexistir condições de arcar com as mesmas. Por força de todo este quadro, requereu o administrador a convolação da recuperação em falência e

há também manifestação de credores neste sentido. DECIDO. Diante das informações trazidas aos autos principalmente pelo administrador judicial nomeado, é imperioso que se reconheça que não havia, há anos, sentido no prosseguimento da recuperação, dado o esvaziamento da recuperanda. Nestes termos, DECRETO hoje nos termos do artigo 73, VI, da Lei n. 11.101/05, a falência de FCMR TERCEIRIZAÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 08.026.671/0001-33. E DETERMINO: 1) Mantenho, como Administrador(a) Judicial: - Dr. ALEXANDRE TAJRA, OAB / SP 77624, com endereço na Praça da Sé, nº 21, conjunto 207, Centro, São Paulo. 2) Deve o(a) administrador(a) judicial proceder a arrecadação, se houver, dos bens, documentos e livros (artigo 110), bem como a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem (artigos 108 e 110), para realização do ativo (artigos 139 e 140), podendo providenciar a lação, para fins do artigo 109. 3) Fixo o termo legal (artigo 99, II), nos 90 (noventa) dias do pedido de recuperação judicial ou do protesto mais antigo, prevalecendo a data mais antiga. 4) O(a) administrador(a) das falidas deve apresentar, no prazo de 10 dias, a relação nominal de credores, descontando eventuais valores pagos ao tempo da recuperação judicial e incluindo os créditos que não estavam submetidos à recuperação (artigo 99, III), se for o caso indicando a possibilidade de aproveitar o edital do artigo 7o., § 2º, da Lei 11.101/05, desde que não existam pagamentos durante a recuperação judicial. 5) Deve o(a) administrador(a) das falidas cumprir o disposto no artigo 104 da Lei 11.101/2005, apresentando, no prazo de 10 dias, referidas declarações por escrito. 6) Fica o(a) administrador(a) das Falidas advertido(a), ainda, que para salvaguardar os interesses das partes envolvidas e verificado indício de crime previsto na Lei 11.101/2005, poderá ter a prisão preventiva decretada (art. 99, VII). 7) Determino, nos termos do art. 99, V, a suspensão de todas as ações ou execuções contra as falidas (empresas), ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º da mesma Lei, ficando suspensa, também, a prescrição. 8) Proíbo a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens das falidas, se houver, sem autorização judicial e do Comitê de Credores, se houver, ressalvados os bens cuja venda faça parte das atividades normais do devedor "se autorizada a continuação provisória das atividades" (art. 99, VI). 9) Expeça-se edital, nos termos do art. 99, parágrafo único, da Lei 11.101/2005, assim que apresentada a relação de credores, nos termos do item 4. 10) Tendo em vista a convalidação da recuperação judicial em falência, eventuais impugnações judiciais já apresentadas pelos credores no curso da recuperação judicial deverão ser entregues em definitivo ao administrador judicial e processadas como divergências administrativas, assim como as novas divergências que forem eventualmente apresentadas no prazo legal de 15 dias, que se inicia com a publicação do edital de falência (art. 7, §1, da LRF), a fim de que o administrador judicial apresente oportunamente a relação a que se refere o art. 7, §2o, da LRF. 11) O prazo de 15 dias para apresentação das habilitações de crédito, a contar da publicação do edital de convocação dos credores, em que constem as seguintes advertências: a) no prazo de 15 dias as habilitações ou divergências deverão ser apresentadas diretamente ao(à) Administrador(a) Judicial, no seu endereço acima mencionado, ou por meio do endereço eletrônico a ser informado no compromisso a ser prestado, e de que as habilitações apresentadas nos autos digitais não serão consideradas; b) na ocasião da apresentação das habilitações e divergências, os credores deverão indicar dados completos de conta bancária (nome do titular da conta, número do CPF/CNPJ do titular da conta, número da agência e da conta bancária) para que, conforme previsão do artigo 1.113, §§ 3º, 4º e 5º das NSCGJ/TJSP (PROVIMENTOS nº 50/1989 e 30/2013), possam receber eventuais valores através da prévia expedição de ofício ao banco; c) ficam dispensados de habilitação os créditos que constarem corretamente do rol eventualmente apresentado pelo falido. 12) Intimação do Ministério Público. 13) Oficie-se: a) ao Bacen, através do sistema SISBAJUD, para determinação do bloqueio de ativos financeiros em nome da falida; b) à Receita Federal, pelo sistema INFOJUD para que forneça cópias das 3 últimas declarações de bens da falida; c) ao Detran, através do sistema RENAJUD, determinando-se o bloqueio (transferência e circulação) de veículos existentes em nome da falida; d) à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, para pesquisa e bloqueio de imóveis em nome da falida. 14) Poderá o(a) Administrador(a) Judicial adotar todas as providências para a preservação dos interesses da massa e eficiente administração de seus bens, colhendo informações diretamente junto a credores, falido, órgãos públicos, pessoas jurídicas de direito privado, sem necessidade de prévia autorização judicial, servindo esta sentença de ofício. 15) Providencie o(a) Administrador(a) Judicial a comunicação da FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, pelo e-mail pgefalencias@sp.gov.br, a respeito da existência desta falência, informando-lhe nome(s) da(s) falida(s), número do processo e data da sentença de decretação da quebra, bem como seus dados (AJ) e endereço de e-mail. 16) Servirá cópia desta sentença, assinada digitalmente, de OFÍCIO aos órgãos elencados abaixo, bem como de CARTA DE CIENTIFICAÇÃO às Fazendas, devendo tais órgãos encaminhar as respectivas respostas, se o caso, para o endereço do administrador judicial nomeado. O(a) Administrador(a) Judicial deverá encaminhar cópia desta decisão aos órgãos competentes, devendo comprovar o protocolo nestes autos digitais, em 10 dias. BANCO CENTRAL DO BRASIL BACEN- Av. Paulista, 1804, CEP 01310-200, São Paulo/SP: Proceder e repassar às instituições financeiras competentes, o bloqueio das contas correntes ou outro tipo de aplicação financeira de titularidade da falida, bem como seja expedido ofício informando o cumprimento da presente ordem diretamente ao Administrador Judicial nomeado nos autos da falência; JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: Rua Barra Funda, 930 - 3º andar Barra Funda - CEP: 01152-000 - São Paulo/SP: Encaminhar a relação de livros da falida levada a registro nesse órgão, e informes completos sobre as alterações contratuais havidas em nome da mesma. Deverá, ainda,

contar a expressão falido nos registros desse órgão e a inabilitação para atividade empresarial; EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Rua Mergenthaler, 500,Vila Leopoldina Gerência GECAR, CEP: 05311-030 São Paulo/SP: Encaminhar as correspondências em nome da falida para o endereço do administrador judicial nomeado; CENTRO DE INFORMAÇÕES FISCAIS -DI Diretoria de informações - Av. Rangel Pestana, 300, CEP: 01017-000 São Paulo/SP: Deverá encaminhar a DECA referente à falida, para o endereço do administrador judicial nomeado; SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS DA FAZENDA PÚBLICA - Ofício das Execuções Fiscais Estaduais - Rua Vergueiro, 857, CEP: 01013-001 São Paulo/SP: informar sobre a existência de bens e direitos em nome da falida; BOLSA DE VALORES DO ESTADO DE SÃO PAULO - Rua XV de Novembro nº 275, 7º andar, CEP: 01013-001 São Paulo/SP: Informar a existência nos seus arquivos, sobre bens e direitos em nome da falida; DEPARTAMENTO DE RENDAS MOBILIÁRIAS- Rua Pedro Américo, 32, CEP:01045-000 São Paulo/SP: Informar sobre e a existência de bens e direitos em nome da falida; CARTÓRIOS DE PROTESTO: Remeter as certidões de protestos lavrados em nome da falida, para o endereço do administrador judicial nomeado, independente do pagamento de eventuais custas; PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - UNIÃO FEDERAL: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida; PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida; SECRETARIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO: Informar sobre a existência de ações judiciais envolvendo a falida. Campinas, 09 de fevereiro de 2022. DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA"

Campinas, 14 de fevereiro de 2022.